

ATA DA 5ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO COSEMS/PB DE 2016

1 A um dia do mês de agosto de dois mil e dezesseis, às nove horas e vinte minutos, no Auditório da CIB-PB,
2 situado a Avenida Dom Pedro II, 1826, Torre, João Pessoa – PB foi realizada a Quinta Assembleia Geral
3 Ordinária do COSEMS-PB para o ano de 2016 e contou com a presença de Gestores Municipais de Saúde e
4 demais participantes que firmam a lista de presença em anexo, a qual é parte integrante da presente Ata. A
5 convocação teve como pontos de pauta: **ITEM 1. APRESENTAÇÃO/PACTUAÇÃO: a) Aprovação da Ata da 4ª**
6 **Assembleia do COSEMS-PB; b) Apresentação/Relatoria do Trabalho das CT, G. Condutor e Comissões no mês**
7 **de julho/2016:** 1. Dia 20/07 - Reunião GC Pessoa com Deficiência – Não teve presença do COSEMS-PB; 2. Dia
8 28/07 - Reunião GC RUE – Tânia Vieira; 3. Dia 20/07- Reunião de Saúde Mental – Eudézia Damasceno; 4. Dias
9 20 e 21/07 - I Encontro de Sistemas Nacionais de Vigilância Sanitária - Lúcia Leal; 5. Dia 25/07 - Reunião
10 Câmara Técnica - Ana Vitória; 6. Dias 05 a 06/07 – Reunião Nacional sobre Vigilância Epidemiológica da Sífilis e
11 do HIV no Brasil: Situação e Tendência – Flávio Tavares; 7. Dia 28/06 – Reunião GT PID – Flávio Tavares; c)
12 **Apresentação do UNASUS – Ferramenta e Cadastro – Joseneida Remígio; d) Apresentação da Relação de**
13 **municípios com problemas de bloqueio do CEO e LRPD – Nelson Calzavara e Marcílio; e) Apresentação da**
14 **situação dos Médicos de Cuba e a Relação de municípios com problemas de reposição de médicos do mais**
15 **médicos – Soraya Galdino e Nelson Calzavara; f) Apresentação da situação do Pacto dos Indicadores 2016,**
16 **SARGSUS 2015 e SIOPS 2015/2016 – João Paulo e Nelson Calzavara; g) Apresentação/ Avaliação dos recursos**
17 **disponíveis na PPI/PB (Ajustes na população própria e referenciada e Incentivo) – Nelson Calzavara e**
18 **Joseneida Remígio; h) Apresentação do “Estado da Arte” da Prestação de contas do Programa Nacional de**
19 **Cirurgias Eletivas - Nelson Calzavara; i) Discutir os processos encaminhados ao COSEMS-PB pelos**
20 **Municípios – Soraya Galdino, Nelson Calzavara e Jô Remígio** como: 1. Atraso repasses de contrapartida SES
21 (abril, maio e junho); 2. Situação de renovação e monitoramento dos PCEP; 3. Frequência das reuniões das CIR;
22 4. Realização/ implementação das CT das CIR; 5. Revisão PPI/PGASS; 6. Grupos de Whatsapp por região com
23 Apoiadoras; 7. Tabela CMED - Não Adesão a ATA da ABCFarma-Privada/ Laboratórios Oficiais; j) **Leitura e**
24 **Discursão da Pauta da CIB-PB - Soraya Galdino; k) Apresentação Assistência Farmacêutica: Editais e**
25 **capacitação fitoterapia; Medicamentos de compra centralizada; Recursos repassados da Fito, CBAF e**
26 **QUALIFARSUS 2016 e Cursos – Evandro Abreu de Carvalho - Apoiador Institucional DAF/MS e ITEM 2.**
27 **INFORMES.** A Sr.ª Soraya Galdino, Secretária Municipal de Saúde de Montadas e Presidente do COSEMS-PB,
28 abriu oficialmente a assembleia, desejou as boas vindas, agradeceu a presença de todos na reunião, ressaltou
29 principalmente a dificuldade de manter a participação mais efetiva dos gestores, tendo em vista estar há
30 quase dois meses antecedentes ao período eleitoral e as dificuldades de manter o que foi planejado, devido a
31 várias demandas que surgem no município para que o gestor possa executar e convidou os gestores presentes
32 para sentar-se à mesa da reunião. Foi dado início aos trabalhos com a análise do **ITEM a) Aprovação da Ata da**
33 **4ª Assembleia do COSEMS-PB**, a qual todos receberam por e-mail e leram, sendo aprovada por unanimidade.
34 A Sr.ª **Soraya Galdino** passou a palavra a Sr.ª **Sandra Núbia** para conduzir o **ITEM b) Apresentação/Relatoria**
35 **do Trabalho das CT, G. Condutor e Comissões no mês de julho/2016** e enfatizou a regra em que o gestor ou
36 técnico que represente o COSEMS-PB nessas reuniões ou eventos, além de enviar o relatório e frequência da
37 reunião, deve comparecer a Assembleia do COSEMS-PB para explicar a todos os presentes como foi a reunião
38 e seus encaminhamentos, sendo também enviado e-mail. Assim, justificou que na Reunião do Grupo Condutor
39 da Pessoa com Deficiência, realizada em 20 de julho não teve presença do COSEMS-PB, devido ao falecimento
40 da mãe de Rosete Arcoverde e foi justificado por e-mail. Dessa forma, passou a palavra a Sr.ª **Ana Vitória**
41 **Farias Abrantes** para ler o relatório elaborado por ela e pela técnica Tânia Vieira sobre a Reunião do Grupo
42 Condutor da Rede de Urgência e Emergência - RUE realizada em 28 de julho com a realização da Oficina de
43 Orientação para Implantação das UPAS do Estado da Paraíba que teve a fala da Coordenadora Estadual de
44 Urgência e Emergência Dra. Rafaella Keyla Marinho que cumprimentou os presentes dando início às
45 apresentações e explanando sobre a conformação da Rede de UPAS do Estado, os desafios enfrentados pelos
46 municípios na implantação dos serviços e a disponibilidade do Estado em apoiar tecnicamente a todos. Em
47 seguida, o senhor Arthur, técnico na área de Equipamentos da SES, em especial, no que concerne o elenco que

48 compõe o serviço. Na sua apresentação foi destacada a importância no cumprimento das exigências técnicas
49 de cada equipamento a ser instalados nessas unidades, o suporte fornecido pela SES no apoio aos gestores
50 desde a fase que compreende o processo de licitação (com a descrição da ficha técnica adequada de cada
51 produto), bem como nas exigências mínimas para a devida instalação dos mesmos. Logo após
52 questionamentos e esclarecimentos, a palavra foi facultada à Dra. Eliane, representante da Coordenação
53 Nacional de Urgência e Emergência do Ministério da Saúde. Dra. Eliane explicou acerca das portarias que
54 regulamentam as UPAS e destacou os recursos financeiros de custeio disponibilizados pelo Ministério da
55 Saúde, conforme cada porte dos serviços e valor médio de custos para a manutenção efetiva dos mesmos.
56 Ressaltou ainda, que há previsão de liberação de custeio de UPAS para o mês de setembro, e que existem
57 processos de solicitação do ano de 2015. Após os esclarecimentos, Dr. Ivanildo Lima, representante do
58 gabinete da Secretária de Estado da Saúde Dra. Roberta Abah, especialista na área de Vigilância Sanitária,
59 apresentou todas as normas da RDC 50/2002 que dispõe sobre a regulamentação dos procedimentos de
60 análise, avaliação e aprovação dos projetos físicos de estabelecimentos de saúde no Sistema Nacional de
61 Vigilância Sanitária. Dando seguimento a esse ITEM, a **Sr.ª Sandra Núbia** passou a palavra a **Sr.ª Luzia Pinto**,
62 Secretária Municipal de Saúde de Campina Grande que leu o relatório da Reunião de Saúde Mental realizada
63 em 20 de julho, representando a Secretária Adjunta de Saúde de Campina Grande, Eudézia Damasceno, de
64 modo que na referida reunião foi realizada com a presença da Coordenação de Saúde Mental, COSEMS-PB e
65 Coordenadores Municipais e foram discutidos vários pontos, tais como: falta de perspectiva de recursos
66 financeiros para a implantação de novos serviços, questões dos valores salariais de médicos para a Saúde
67 Mental, o que sacrifica muito os municípios, médicos com duplicidade no CNES, observando o cuidado que os
68 CAPS devem tomar de serem resolutivos e ter manejo da situação dos usuários, sendo este, um dos pontos do
69 Colegiado do próximo dia 04 de agosto. Discutiram ainda sobre a necessidade de uma melhor articulação dos
70 Conselhos Tutelares, Promotorias, Assistência Social sobre as atribuições dos serviços de Saúde Mental, que é
71 a do cuidado e foi lembrado aos municípios sobre o Colegiado do dia 04 de agosto, os quais, os municípios que
72 apresentam esses serviços já receberam o convite através de e-mail e pediu a participação do COSEMS-PB na
73 divulgação. Lembrou também que todas as despesas com alimentação e transporte é de responsabilidade dos
74 municípios. O evento terá a seguinte programação acolhida: Informes, vídeo sobre Saúde Mental, RAPS,
75 funcionamento e atribuições dos CAPS I, roda de conversa sobre processo de trabalho com perguntas dirigidas
76 e plenária final. Ainda, foi discutido um caso de Campina Grande, que por determinação da justiça de
77 Queimadas, foi colocado um usuário numa Residência Terapêutica em Campina Grande, quando esta, ainda
78 não tem financiamento do Ministério da Saúde, mesmo habilitada, sendo mantida com recursos próprios e
79 mesmo município do usuário possuindo Residência Terapêutica. Assim foram dados alguns encaminhamentos:
80 ficou decidido que em 06 de dezembro do corrente será realizado um novo Colegiado, considerando ser um
81 momento atípico, devido as futuras gestões, está sendo organizado uma agenda de reuniões para quem
82 trabalha no Sistema Prisional, considerando as seguintes datas e locais: 28/09 – Cajazeiras, 29/09 – Patos,
83 30/09 – Campina Grande e 11/10 – João Pessoa, ainda decidiu-se planejar uma Mostra sobre Saúde Mental,
84 organizar uma Oficina para os CAPS que atendem a População Indígena e dia 17/11 realizar um Seminário de
85 Boas Práticas para o Usuário de Drogas – à definir local. Seguindo ainda o **ITEM b**, a **Sr.ª Sandra Núbia** passou
86 a palavra a **Sr.ª Lúcia Leal**, Secretária Municipal de Saúde de Caturité para discorrer sobre sua participação no I
87 Encontro de Sistemas Nacionais de Vigilância Sanitária e Reunião para elaboração de agenda estratégica
88 propositiva para o Sistema Nacional de Vigilância em Saúde – SNVS realizados em Brasília nos dias 20 e 21/07,
89 de modo que teve a participação de representantes das vigilâncias sanitária estadual, dos LACENs e dos
90 COSEMS-PB. Com o objetivo de discutir a proposta da agenda estratégica propositiva para o SNVS, a partir dos
91 fóruns regionais, nacionais e o Seminário Internacional que ocorreram em 2015 nos ciclos de debates em
92 vigilância sanitária. Assim, a partir desses fóruns regionais, observando os quatro eixos prioritários: 1.VISA e
93 regulação no mundo contemporâneo; 2. VISA e suas relações; 3. Coordenação federativa das ações de VISA; 4.
94 o trabalho e o trabalhador de VISA. Dessa forma, foram debatidos onze objetivos estratégicos e suas linhas de
95 ação, a partir dos doze desafios elencados nas perspectivas de integração, modernização e recursos das VISAs,
96 como: 1. Aprimorar os mecanismos de Integração do SNVS; 2. Fomentar a articulação permanente com
97 setores da saúde, de modo que a VISA esteja na agenda prioritária do SUS; 3. Aperfeiçoar a gestão integrada
98 (planejamento, execução e monitoramento) das ações de VISA para uma descentralização efetiva; 4.
99 Fortalecer as ações de informação, educação e comunicação em VISA para a sociedade e órgãos públicos; 5.
100 Fortalecer as ações de regulação sanitária acompanhando os avanços tecnológicos e a crescente oferta de
101 produtos e serviços; 6. Harmonizar o entendimento sobre o risco sanitário no SNVS, utilizando a categorização
102 de riscos para priorização das ações de VISA; 7. Desenvolver e implantar solução de Tecnologia de Informação
103 - TI para gestão das ações de VISA; 8. Promover ações articuladas e voltadas para a implantação de plano de

104 carreiras, cargos e salários no âmbito do SNVS, contemplando as especificidades da VISA; 9. Articular as ações
105 de educação profissional no âmbito do SNVS aos processos de trabalho da VISA e suas atualizações; 10.
106 Redefinir a estratégia de cooperação financeira no âmbito do SNVS e 11. Promover a melhoria das condições
107 de trabalho, incluindo maior autonomia do profissional de VISA. Como encaminhamentos ficou atribuído que
108 cada representante deveria repassar ao COSEMS a discussão do grupo e programar o próximo encontro,
109 provavelmente em outubro para trabalhar as ações. A **Sr.ª Sandra Núbia** passou a palavra ao **Sr. Flávio**
110 **Tavares**, Secretário Municipal de Saúde de Salgado de São Félix, para apresentar os encaminhamentos sobre a
111 Reunião Nacional sobre Vigilância Epidemiológica da Sífilis e do HIV no Brasil: Situação e Tendência realizada
112 no período de 05 a 06 de julho com a participação também de Joana do Departamento do DST/HIV do Estado.
113 Essa reunião teve como objetivo discutir as políticas de saúde na assistência do controle e monitoramento da
114 Sífilis congênita no Brasil - Situação e novas tendências. Assim, a Comissão Nacional, formulará um apoio junto
115 aos departamentos de DST/HIV na Vigilância Epidemiológica da Sífilis Congênita com o apoio de todos,
116 principalmente que a Penicilina Benzatina esteja cada vez mais próxima aos municípios, a exemplo das
117 Gerências de Saúde por região, pactuando assim, a agilidade no tratamento das gestantes (30 dias antes do
118 nascimento do bebê) e vincular o tratamento do parceiro oportunamente. Destacou que participou da
119 Reunião Nacional trazendo o envolvimento do COSEMS-PB para a discussão em repensar as diretrizes para
120 atuação e parceria neste enfrentamento e como encaminhamento foi sugerido implementar as ações a nível
121 Estadual nas maternidades de referências e nos municípios, principalmente a forma de dispensação da
122 Penicilina Benzatina. Ainda, solicitou que o material que trouxe em CD seja repassado pelo e-mail do COSEMS-
123 PB a todos os gestores de saúde para conhecimento e disseminação das informações aos técnicos dos
124 municípios. Finalizando esse **ITEM b)**, a **Sr.ª Sandra Núbia** justificou a retirada do ponto sobre a reunião do
125 Grupo Técnico do PID no dia 28 de junho pelo nosso representante Flávio Tavares, pois o relatório dessa
126 reunião já tinha sido lido na Assembleia do COSEMS-PB no mês anterior. Dando prosseguimento, a **Sr.ª Sandra**
127 **Núbia** retornou a palavra a **Sr.ª Soraya Galdino** que retomou a pauta da Assembleia do COSEMS-PB, no **ITEM c)**
128 **Apresentação do UNASUS – Ferramenta e Cadastro** e passou a palavra a **Sr.ª Joseneida Remígio**, Assessora
129 Técnica do COSEMS-PB que enfatizou que todos os gestores foram comunicados sobre essa ferramenta do
130 UNASUS que o CONASEMS fez em parceria com a Universidade Aberta do SUS (UNA-SUS) disponibilizando, a
131 partir de 04 de julho, uma nova ferramenta para auxiliar o encerramento da gestão, denominada
132 Responsabilidades Gestoras no último ano de mandato, com o objetivo de apoiar os gestores municipais de
133 saúde a monitorarem e acompanharem os prazos dos compromissos da gestão no último ano do mandato,
134 definidos em legislação e normativas, por meio de uma ferramenta online simples e interativa, e com o apoio
135 de mediadores online. Baseado nos principais desafios enfrentados no cotidiano da gestão do SUS, a
136 ferramenta traz uma agenda – mensal e anual – de responsabilidades gestoras, com a devida descrição de
137 cada ação, os principais temas a ela vinculados e penalidades previstas em Lei, no caso de irregularidades.
138 Nessa primeira versão, o conteúdo será distribuído em quatro grandes módulos tratando das
139 responsabilidades dos secretários municipais de saúde, no que diz respeito à Lei Complementar nº 141;
140 Responsabilidade Fiscal; instrumentos de Planejamento e de Gestão. Para ter acesso a ferramenta os gestores
141 precisam acessar o link: <https://app2.unasus.gov.br/conasems>. Ressaltamos a importância para orientar e
142 facilitar a organização do final dessa gestão e entregar a secretaria do jeito que gostaria de recebê-la. No
143 sistema consta um verdadeiro passo-a-passo e informou que como é a administradora visualiza todos os itens
144 e que a cada temática há um espaço para cada gestor digitar o questionamento e um apoiador irá tirar suas
145 dúvidas e as perguntas mais frequentes são: O que posso pagar? Com qual recurso? É uma ferramenta muito
146 interessante, de fácil acesso pelo CPF do gestor, cadastra uma senha, e considerado de grande valia para a
147 gestão em saúde, não tem nenhum custo, está aberto tanto para o gestor como para um técnico que o gestor
148 indicar e se colocou à disposição de todos para orientação e apoio para acessar e cadastrá-los na plataforma.
149 Sugerimos que um dia na semana, exemplo na sexta-feira a tarde para acessar essa plataforma, assim como
150 estão fazendo os gestores de Minas Gerais, pois o CONASEMS está monitorando o quantitativo de acesso
151 pelos gestores de cada Estado. A **Sr.ª Soraya Galdino** passou a palavra ao **Sr. Nelson Calzavara**, Assessor
152 Técnico do COSEMS-PB, junto ao Sr. Marcílio que explanaram acerca do **ITEM d) Apresentação da Relação de**

153 **municípios com problemas de bloqueio do CEO e LRPD**, de modo que agradeceu a oportunidade de participar
154 dessa reunião para esclarecer sobre a situação da saúde bucal na Paraíba, que foi bem contemplada com
155 cobertura de equipes de saúde bucal e está em segundo lugar no Brasil e, ainda estimulou os gestores a
156 passarem das equipes que tem para modalidade II. Em relação ao CEO, existem 71 CEO no Estado, com
157 percentual muito satisfatório em relação a população e informou que que existe a obrigação de analisar
158 possibilidades de dar mais resolubilidade do CEO, e o Ministério da Saúde repassou antecipadamente os
159 recursos para implantação a 25 municípios, mas estes não implantados e tiveram os recursos bloqueados, e
160 em relação aos Laboratórios de Prótese os municípios estão com todas as regionais contempladas, mas
161 apresentam 35 com minutas de portaria para suspender recurso devido a falta de alimentação do sistema de
162 informação, pois só alimentavam o E-SUS e não estavam informando a produção de próteses. Assim, pediu o
163 apoio do COSEMS-PB para divulgar e estimular os municípios a regularizar essas situações e evitar bloqueio de
164 recursos. Assim, a **Sr.ª Sandra Núbia** retornou a palavra sobre o **ITEM e) Apresentação da situação dos**
165 **Médicos de Cuba e a Relação de municípios com problemas de reposição de médicos do Mais Médicos** que
166 relatou que isso é um problema, pois chegaram em Brasília 500 médicos, e no dia 19 não houve quórum na
167 reunião da CCE e é uma questão que a maioria dos municípios não estão entrando no Sistema de
168 Gerenciamento de Programa dos Mais Médicos - SGP para justificar a produção dos médicos e muitos desses
169 médicos não estão recebendo a bolsa porque não consta produção no sistema, de modo que o gestor deve
170 monitorar para evitar essa situação. Infelizmente até o momento não se tem muito o que fazer além de
171 esperar e informou que no dia posterior haveria outra reunião da CCE, na qual teria de analisar que os
172 gestores podem perder muitos desses médicos e a CCE ainda não tem a relação dos municípios que receberão
173 a reposição dos médicos. A **Sr.ª Soraya Galdino** destacou que desde o mês passado o Ministério da Saúde vem
174 negociando sobre esse termo de cooperação com Cuba que foi pactuado por três anos e que estão negociando
175 como ficará essa situação para renovar e além do mais, não planejaram a necessidade de repor médicos e não
176 se estabeleceu um percentual de aumento de médico devido haver aumento na demanda para ofertar mais
177 médicos aos municípios, além disso eles querem agora R\$ 21 mil e pouco e isso está dificultando essa
178 negociação. Até setembro vão embora cerca de três mil e quinhentos médicos e só chegarão quinhentos
179 médicos. O pior de tudo é que o município fica preso com essa situação, pois perde o recurso de equipe devido
180 à vinculação ao médico no programa. Assim, a **Sr.ª Sandra Núbia** passou a palavra ao **Sr. Nelson Calzavara**,
181 Assessor Técnico do COSEMS-PB que discorreu sobre o **ITEM f) Apresentação da situação do Pacto dos**
182 **Indicadores 2016, SARGSUS 2015 e SIOPS 2015/2016**, discorrendo junto com João Paulo, de modo que
183 informou que Dra. Soraya esteve em reunião semana passada e informou que já está aberto para a pactuação
184 e informação do pacto dos indicadores 2016 e enfatizou que os gestores se organizem com suas equipes para
185 cumprir com essa demanda. Quanto ao SARGSUS apresentou a situação dos instrumentos de planejamento,
186 como o Plano Municipal de Saúde 2015 que de forma consolidada por regiões consta um total de 154
187 Secretarias de Saúde com Plano, equivalente a 69% e 69 Secretarias de Saúde sem Plano, equivalente a 30%;
188 quanto ao Relatório Anual de Gestão - RAG 2015 apresenta consolidado por regiões de 50 RAGs aprovados, 08
189 solicitados ajustes, 81 em apreciação pelo Conselho de Saúde e 84 sem informações. Quanto a Programação
190 Anual de Saúde – PAS consta um consolidado de 56 de Secretarias Municipais de Saúde com PAS e 167 sem
191 PAS. Quanto a situação de transmissão do SIOPS bimestral e do balanço, como exigência do Ministério Público,
192 pois orçamento exige um planejamento para execução e prestação de contas. Assim, a **Sr.ª Soraya Galdino**
193 comunicou que esse material apresentado será repassado pelo e-mail do COSEMS-PB as apoiadoras para
194 encaminhar a todos os gestores de saúde para conhecimento e cada gestor pode acessar essas informações
195 por município. Ainda, a **Sr.ª Soraya Galdino** passou a palavra para o **Sr. Nelson Calzavara** sobre o **ITEM g)**
196 **Apresentação/ Avaliação dos recursos disponíveis na PPI/PB (Ajustes na população própria e referenciada e**
197 **Incentivo)**, abordando que é mais uma alerta do COSEMS-PB, pois muitos municípios estão tendo que
198 remanejar recursos por demandas do Ministério Público Federal – MPF e ao fazer um levantamento do valor
199 real da MAC de cada município, e depois de feita uma análise da planilha anexa do detalhamento da PPI em
200 todos os municípios da Paraíba, considerando a assistência ambulatorial/hospitalar por população própria e

201 referenciada, incentivos permanentes de custeio e ajustes, o total da PPI assistencial dá R\$ 661.162.437,67.
202 Porém, verificou-se principalmente na coluna de ajustes, que foi criada em janeiro de 2010, para considerar
203 valores de recursos não programados para ajustes e que eram relativamente pequenos em relação ao valor
204 total da PPI, mas hoje quando soma dá mais de cento e setenta e seis milhões e quando se subtrai o valor dos
205 incentivos de custeio dá um valor de MAC em torno de quatrocentos e cinquenta milhões de reais e indagou
206 porque esses ajustes estão tão altos porque todas as portarias novas com aumento de teto MAC estão
207 colocadas dentro da coluna de ajustes, ou seja, ao olhar o SISMAC não sabe-se de fato qual valor real do MAC
208 e que para discutir PGASS, tem-se que criar um grupo para discutir a PPI e o valor da MAC líquida real para que
209 o município se programe. A Sr.^a Soraya Galdino ressaltou ainda que o COSEMS-PB acionará Dr. Godoy do MPF
210 para agilizar o tempo de análise dessa reprogramação, pois começou pela obstetrícia e está há quase um ano e
211 imagine para ver todos os demais setores. A Sr.^a Soraya Galdino retirou de pauta o **ITEM h) Apresentação do**
212 **“Estado da Arte” da Prestação de contas do Programa Nacional de Cirurgias Eletivas**, tendo em vista que o Sr.
213 Nelson Calzavara se reunirá com a Sr.^a Selda Gomes, Secretária Executiva da CIB de modo a reunir um grupo
214 técnico para debater a situação dessas cirurgias eletivas e apresentar na próxima reunião do COSEMS-PB. A
215 Sr.^a Soraya Galdino passou a palavra a Sr.^a Joseneida Remígio e ao Sr. Nelson Calzavara que relataram sobre
216 o **ITEM i) Discutir os processos encaminhados ao COSEMS-PB pelos Municípios** como: 1. Atraso repasses de
217 contrapartida SES (abril, maio e junho) que já estão três meses atrasados novamente havendo cobranças a SES
218 sempre; 2. Situação de renovação e monitoramento dos PCEP, como venceu dia 30, a SES está chamando
219 todos os municípios para assinar a renovação do PCEP; A Sr.^a Soraya Galdino conversou com Nardi, Secretário
220 Executivo do Ministério da Saúde que afirmou que não seria alterado em nada a situação do desconto
221 automático do repasse federal, mas precisa pactuar com a SES para se achar vantagem devem assinar, vai da
222 análise, situação e produção de serviço de cada município e, caso o município não assinar deverá justificar por
223 escrito e não ficar em silêncio que isso pode prejudicar a gestão; 3. Frequência das reuniões das CIR, de modo
224 que semana passada o COSEMS-PB se reuniu com as quatro apoiadoras regionais e colocaram que as reuniões
225 de CIR não está havendo quórum, mas mesmo sendo um período difícil de se reunir, não poderemos deixar
226 enfraquecer as nossas regiões de saúde e CIR, assim como 4. Realização/implementação das Câmara Técnica-
227 CT das CIR, pois os técnicos de seus municípios já discutem previamente a pauta e facilita e otimiza tempo
228 para nós gestores, pois iremos para a reunião apenas para debater os encaminhamentos e pactuar, assim
229 como ocorre na Câmara Técnica da CIB; 5. Revisão PPI/PGASS já discutido antes; 6. Grupos de Whatsapp só
230 entre os gestores por região com cada uma das Apoiadoras para facilitar a comunicação e repasse de
231 informações mais rápida entre vocês gestores da mesma reunião e solicitamos que todos possam aderir e
232 participar ativamente do grupo, fortalecendo o trabalho das apoiadoras e fortalecendo as regiões; 7. O
233 COSEMS-PB alerta e orienta a não adesão automática a ata da ABC Farma-Privada que é entidade privada, não
234 é pública e não está livre de licitação, diferente dos Laboratórios Oficiais e devem observar os valores de
235 referência da Tabela da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED). A Sr.^a Sandra Núbia
236 passou a palavra a Sr.^a Ana Vitória Farias, técnica e representante do COSEMS-PB na Câmara Técnica da CIB
237 para leitura do relatório da **Reunião da Câmara Técnica**, junto o **ITEM j) Leitura e Discursão da Pauta da CIB-**
238 **PB: a) Deliberar para a pauta da CIB-PB, aprovar a Habilitação dos 15 Leitos de UTI Adulto, Tipo II, do**
239 **Hospital de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena, CNES2593262. GERAV-SES.** Decisão:
240 DELIBERADO pela CT e APROVADO pela Assembleia do COSEMS-PB para pauta da CIB, de modo que se trata de
241 processo solicitando habilitação de 15 leitos de UTI Adulto, Tipo II, do Hospital de Emergência e Trauma
242 Senador Humberto Lucena. Processo concluso com parecer favorável da área técnica responsável, seguindo
243 todos os trâmites legais. **b) Deliberar para a pauta da CIB-PB, aprovar a Habilitação e qualificação do**
244 **Laboratório Centrallab em Cajazeiras, CNES 3400719, em Citologia na Prevenção do Câncer de Colo de útero**
245 **(Qualicito) ,no âmbito da rede de atenção à saúde das pessoas com doenças crônicas em Laboratório Tipo I e**
246 **II, no Estado da Paraíba. GERAV – SES.** Decisão: DELIBERADO pela CT e APROVADO pela Assembleia do
247 COSEMS-PB para pauta da CIB, de modo que se trata de processo solicitando qualificação em Citologia na
248 Prevenção do Câncer de Colo de Útero (Qualicito) do Laboratório Centrallab em Cajazeiras, de acordo com a

249 Portaria GM/MS nº 3.388, de 30 de dezembro de 2013. Processo concluso com parecer favorável da área
250 técnica responsável, seguindo todos os trâmites legais. **c) Deliberar para a pauta da CIB-PB, aprovar a**
251 **Desabilitação da Unidade de Suporte Avançado USA de Santa Rita e Habilitação da Unidade de Suporte**
252 **Básico para Santa Rita. GEAS-SES.** Decisão: DELIBERADO pela CT e APROVADO pela Assembleia do COSEMS-PB
253 para pauta da CIB, de modo que se trata de processo solicitando desabilitação da Unidade de Suporte
254 Avançado e Habilitação da Unidade de Suporte Básico para Santa Rita. O município solicita a desabilitação da
255 Unidade de Suporte Avançado e habilitação para Unidade de Suporte Básico, conforme Resolução CIR nº.
256 02/2016. Não consta registro no processo de nenhum documento que comprove os acordos em época entre
257 os gestores para o funcionamento desta USA em Santa Rita. A Portaria GM/MS nº 3.139, de 17 de dezembro
258 de 2009, aprovou tal habilitação. Existe a necessidade de regularização desta mudança de habilitação de
259 Suporte Avançado para Básica. **d) Deliberar para a pauta da CIB-PB, aprovar o remanejamento de Obstetrícia**
260 **clínica e cirúrgica pela recomendação 79/2015 do MPF, do município de Bonito de Santa Fé para o Município**
261 **de Cajazeiras, total dos valores remanejados de R\$ 32.693,67. GEPLAN-SES.** Decisão: DELIBERADO pela CT e
262 APROVADO pela Assembleia do COSEMS-PB para pauta da CIB, de modo que se trata de processo solicitando
263 remanejamento de Obstetrícia de Bonito de Santa Fé para Cajazeiras, conforme Recomendação nº 79/2015 do
264 Ministério Público Federal. Processo concluso com parecer favorável da área técnica responsável, seguindo
265 todos os trâmites legais. **e) Deliberar para a pauta da CIB-PB, aprovar o remanejamento de Obstetrícia clínica**
266 **e cirúrgica pela recomendação 78/2015 do MPF, do município de Mari para Santa Rita, da referência de Mari**
267 **em Sapé para Santa Rita e parte da referência de Mari em João Pessoa para Santa Rita, total dos valores**
268 **remanejados R\$ 77.815,64. GEPLAN-SES.** Decisão: DELIBERADO pela CT e APROVADO pela Assembleia do
269 COSEMS-PB para pauta da CIB, de modo que se trata de processo solicitando remanejamento em Obstetrícia
270 da referência de Mari com João Pessoa e Sapé para Santa Rita, conforme Recomendação nº 79/2015 do
271 Ministério Público Federal. O processo está concluso com parecer favorável da área técnica responsável,
272 seguindo todos os trâmites legais. **f) Deliberar para a pauta da CIB-PB, aprovar o aumento de Teto MAC do**
273 **Município de Pombal, em razão da produção hospitalar. GEPLAN-SES.** Decisão: DELIBERADO pela CT e
274 APROVADO pela Assembleia do COSEMS-PB para pauta da CIB, de modo que se trata de processo solicitando
275 aumento de Teto MAC do município de Pombal na atenção hospitalar, visto ter produzido o dobro de
276 procedimentos pactuados no PCEP no último ano. O município fará a negociação junto ao Ministério da Saúde
277 para o recebimento deste recurso. Processo concluso com parecer favorável da área técnica responsável,
278 seguindo todos os trâmites legais. **g) Deliberar para a pauta da CIB-PB, aprovar o pedido de incremento**
279 **financeiro do Teto dos Procedimentos de Radioterapia do município de Campina Grande. GEPLAN-SES.**
280 Decisão: DELIBERADO pela CT e APROVADO pela Assembleia do COSEMS-PB para pauta da CIB, de modo que
281 se trata de processo solicitando aprovar pedido de incremento financeiro do Teto MAC referente aos
282 procedimentos de radioterapia realizados na FAP em Campina Grande. Considerando a ampliação da
283 capacidade instalada da FAP em Campina Grande; Considerando que o município de Campina Grande esgotou
284 o Teto MAC para radioterapia neste mês de julho/16; Considerando que a produção de radioterapia em 2015,
285 na FAP em Campina Grande, ultrapassou em 69%; Considerando que a produção de radioterapia em 2015, do
286 Hospital Napoleão Laureano em João Pessoa, ultrapassou em 157%. Assim, a Câmara Técnica sugeriu que seja
287 realizada avaliação geral do Teto MAC em oncologia no estado da Paraíba, considerando o crescente déficit
288 dos recursos municipais para este fim. Processo concluso com parecer favorável da área técnica responsável,
289 seguindo todos os trâmites legais. **h) Deliberar para a pauta da CIB-PB, aprovar a Habilitação de seis (06)**
290 **Centros Especializados em Reabilitação – CER, nos municípios de João Pessoa, Monteiro, Patos, Piancó e**
291 **Catolé do Rocha em CER Tipo II e no município de Campina Grande em CER Tipo IV.** Decisão: DELIBERADO
292 pela CT e APROVADO pela Assembleia do COSEMS-PB para pauta da CIB, de modo que se trata de processo
293 solicitando aprovar a habilitação de seis (06) Centros Especializados em Reabilitação – CER, nos municípios de
294 João Pessoa, Monteiro, Patos, Piancó e Catolé do Rocha em CER Tipo II e no município de Campina Grande em
295 CER Tipo IV. Processo concluso com parecer favorável da área técnica responsável, seguindo todos os trâmites
296 legais. A Sr.^a Soraya Galdino também comunicou a retirada de pauta do **ITEM k) Apresentação Assistência**

297 **Farmacêutica: Editais e capacitação fitoterapia; Medicamentos de compra centralizada; Recursos repassados**
298 **da Fito, CBAF e QUALIFARSUS 2016 e Cursos – Evandro Abreu de Carvalho - Apoiador Institucional DAF/MS,**
299 justificando o cancelamento dessa agenda pelo próprio Sr. Evandro, conforme e-mail enviado ao COSEMS-PB
300 na última sexta-feira no final da tarde, devido a nomeação de um novo diretor do DAF/MS, pois serão revistas
301 todas as agendas e os apoios aos estados, ficando assim também, canceladas a reunião de agenda política
302 entre MS, SES e COSEMS-PB em João Pessoa e a oficina Gestão da Assistência Farmacêutica que seria realizada
303 em Campina Grande no dia 03 de agosto, de modo que comunicou a todos por meio do e-mail, grupos de
304 whatsapp e das apoiadoras regionais do COSMES-PB e agradeceu a **Sr.ª Luzia Pinto** pelo apoio e logística que
305 estava dispensando a essa oficina e que aguardará a nova data para ser divulgada a todos. Assim, finalizando
306 essa pauta, seguimos para o **ITEM 2. INFORMES** – 1. Workshop sobre Judicialização em Saúde, de modo que a
307 **Sr.ª Joselisses Abel**, Assessora Jurídica do COSEMS-PB relatou que será realizado o I Workshop da
308 Judicialização da Saúde, no dia 8 de agosto, às 8h, no Hotel Ouro Branco, em João Pessoa, informou que o
309 evento apresentará uma excelente programação para debater essa temática muito importante para o gestor
310 de saúde, contando com a presença de ótimos palestrantes e haverá almoço no local. 2. Oficina Gestão da
311 Assistência Farmacêutica – Campina Grande no dia 03/08/16 que já foi avisado antes que foi cancelada. 3.
312 Situação do Questionário TCE e Formulário de Remuneração, de modo que o **Sr. Nelson Calzavara** destacou
313 que já havia aplicado esse questionário para estabelecer um parâmetro de debater o perfil e a remuneração
314 do gestor de saúde frente às grandes responsabilidades dentro do município e houve a suspensão um pouco
315 devido a outros questionários que o TCU está aplicando ao gestor para não confundir o gestor; 4. Abaixo
316 assinado – “Campanha Cerveja também é Álcool”, de modo que a **Sr.ª Joseneida Remígio** enfatizou que esse
317 tema é um projeto, uma campanha que iniciou por uma Promotora em Tocantins, de modo que a luta não é
318 contra a bebida, pois se entende que o estado não pode ser o indutor do consumo, admitindo, por meio das
319 concessões de rádios e televisões, propagandas que mentem e iludem a população. Esta campanha, criada a
320 partir de uma ação realizada pelo Ministério Público de São Paulo, tem o apoio da Comissão de Combate ao
321 Crack e a Outras Drogas da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG). A associação centralizará a coleta
322 de assinatura, a identificação de novos parceiros e as ações de divulgação da campanha em todo o País. O
323 objetivo é coletar 1.5 milhão de assinaturas em um projeto de lei de iniciativa popular que altere o parágrafo
324 único do artigo 1º da Lei Federal 9.294, de 1996. Com a supressão deste artigo as restrições à publicidade
325 passam a abranger toda e qualquer bebida com graduação alcoólica igual ou superior a 0,5 grau Gay-Lussac,
326 conforme definição técnica do Decreto 6.117, de 2007, que institui a Política Nacional Sobre o Álcool. Nas
327 pesquisas recentes sobre o consumo de bebidas alcoólicas têm demonstrado que o aumento do uso entre
328 jovens está crescendo acima da média de outras faixas etárias e começaram a questionar porque esse uso é
329 cada vez mais precoce entre os adolescentes. Para entender este fenômeno, basta ver a lei que regulamenta a
330 propaganda de bebidas alcoólicas, pois o Brasil tem a Lei N. 9294 de 15/07/96 que restringe o horário de
331 veiculação de propagandas de bebidas alcoólicas que só podem ser exibidas de vinte e duas às seis da manhã e
332 ainda, diz que não pode haver associação dos etílicos com temas ligadas ao sexo, ao esporte ou que induzam a
333 uma ideia de bem estar e saúde. E assim, o CONASEMS está solicitando adesão dos Secretários Municipais de
334 Saúde; 5. Situação Censo Índice Estadual de Gestão Municipal/ IEGM – solicitação de prorrogação de prazo
335 para resposta até o dia 30 de agosto de 2016 de modo que o **Sr. Nelson Calzavara** destacou que é muito
336 importante preencher esse IEGM, pois o Tribunal de Contas do Estado da Paraíba vai implantar esse IEGM para
337 avaliar as ações dos gestores pela aplicação dos recursos públicos e outros indicadores das gestões municipais,
338 por meio de um questionário aplicado nos municípios, sete áreas serão avaliadas pelo Tribunal de Contas,
339 saúde, educação, planejamento, gestão fiscal, proteção das cidades, sustentabilidade ambiental e governança
340 de tecnologia e informação (TI). O programa, para elaboração do IEGM, foi aprovado na sessão do pleno, sob
341 a presidência do conselheiro André Carlo Torres Pontes, presidente em exercício do TCE-PB. Para composição
342 do IEGM, serão combinadas informações levantadas a partir de dados da prestação de contas e dos dados
343 declarados pelos gestores em questionários específicos; 6. Avaliação das Coberturas Vacinais – MS/SVS de
344 modo que o **Sr. Nelson Calzavara** destacou que é só para comunicar que já foi encaminhado por e-mail a todos

345 os gestores; 7. STF mantém decisão que garante fornecimento de fraldas a pessoas com deficiência, de modo
346 que o **Sr. Nelson Calzavara** alertou que foi uma decisão do STF voltada para a Farmácia Popular do Brasil, não
347 é obrigação do município; 8. Informar que o Ministério da Saúde selecionou 06 serviços para habilitar como
348 CER na Paraíba: Campina Grande, João Pessoa, Patos, Monteiro, Catolé do Rocha e Piancó e 9. Relatório da
349 Demanda de Assistência Municipal, emitido pela Central de Marcação de João Pessoa, de modo que a **Sr.ª**
350 **Soraya Galdino** enfatizou que essa é uma excelente iniciativa e é excepcional que ajuda tanto ao município
351 que referencia e ao que atende de forma detalhada e não conhecia essa estratégia e que o COSEMS-PB fará
352 uma Nota Técnica para divulgar aos demais municípios. O **Sr. Nelson Calzavara** ainda falou sobre o Ofício do
353 Ministério da Saúde sobre doação das balanças antropométricas que COSEMS-PB recebeu e encaminhou por
354 e-mail a todos os gestores, de modo que cada gestor tem que assinar o termo de doação e protocolar no
355 Núcleo Estadual do Ministério da Saúde, de modo que fomos informados que 219 municípios na Paraíba estão
356 inadimplentes e pediu a secretária do COSEMS-PB Dáfia para solicitar a lista desses municípios. **E nada mais**
357 **havendo a tratar, determinou a Sr.ª Presidente que se encerrasse a assembleia.** Eu, Ana Caroline Carvalho
358 de Melo Santos, lavrei a presente ata. João Pessoa/PB, 04 de agosto de 2016.

359

360

361 **Ana Caroline Carvalho de Melo Santos**

362 **Secretária Executiva do Cosems-PB**

363

364

365 **Soraya Galdino de Araújo Lucena**

366 **Presidente do COSEMS/PB**

367

368

369

370